

Atingida pela fogueira da inflação, está em situação difícil a escola particular brasileira. Os professores que se reuniram em sindicatos parecem ter optado definitivamente pela estatização do ensino. É a tentação do funcionalismo público. Os pais de alunos que querem ver o Governo “decidir a questão” das mensalidades jogam água para o mesmo moinho. Terão consciência disso?

A crise de agora mostra, pelo menos, que ninguém tem pensado a sério na educação brasileira. Quer-se resolver um problema imediato: “segurar” as mensalidades. O produto oferecido — a educação — não parece vir muito ao caso.

Do ponto de vista da sociedade, haveria dois caminhos “normais” a seguir: 1) exigir do Governo um ensino público de qualidade mínima, que serviria de opção à escola particular; ou 2) sentar na mesa com os donos das escolas particulares para saber que tipo de produto (de professor, por exemplo) se quer vender por um preço considerado muito caro.

Invocar o braço do Governo para dobrar as escolas particulares é que não parece muito sensato. É uma solução de força, que mexe apenas com um fator: a mensalidade. A intervenção do Estado, no caso, pode garantir a sobrevivência do joio, e exterminar o trigo. Há uma espécie de comerciante do ensino que, numa tal emergência, sempre se tirará do aperto: simplesmente oferecerá educação de pior qualidade, o que para ele não faz muita diferença.

Em países de mais tradição no assunto, a escola (particular ou não) é um assunto da própria comunidade. Pode haver (costuma haver) um empresário, alguém que se responsabiliza pelo estabelecimento. Mas não há ninguém que confunda esse estabelecimento com um supermercado, ou com uma fábrica de parafusos. Daí o diálogo que existe entre a escola e a comunidade — isto é, os que a mantêm. Os pais se informam sobre o tipo de ensino que é ministrado. Nos EUA, surgem polémicas violentas, de vez em quando, porque uma escola resolveu ensinar a teoria “criacionista” do mundo ao lado da vertente “evolucionista”; ou

porque se está dando educação sexual a mais ou a menos; ou porque se canta (ou não se canta) o hino nacional antes das aulas.

- 7 MAI 1987

Discute-se, também, o custo da escola e do ensino que ela oferece. Representantes dos pais terão assento, eventualmente, no conselho diretor. Cobrará mais caro, por definição, quem oferecer um ensino mais sofisticado; ou quem ofereça melhores instalações, mais espaço para o esporte, etc.

Estamos, aqui, longe disso — talvez porque a “comunidade” continue a enxergar na escola apenas uma fornecedora de diplomas, ou de *status*. Se é só o diploma que interessa, a discussão sobre a mensalidade é a discussão sobre quanto custa um diploma. Mas será só isso a educação?

Haverá escolas fechadas à discussão, no Brasil — e sobre elas os pais poderiam aprender a exercer a pressão que agora exercem na direção do Governo; mas também há pais que não querem discutir a questão da educação. Um ensino de bom nível não pode ser tabelado arbitrariamente, ou custar o mesmo que um ensino medíocre.

Nesse terreno, as possibilidades de variação são simplesmente infinitas — não há nada mais variável do que um projeto de educação; e é por isso que uma escola particular não faz muito sentido se não for o projeto de um determinado grupo de pessoas nos dois lados da mesa.

Chamar o Governo para resolver a questão da escola particular pode significar duas coisas: 1) a crença de que está na hora de entregar, mesmo, o ensino ao Governo — o que significa uniformização do ensino; 2) a crença de que qualquer ensino serve, desde que fique dentro de um determinado custo — uma parcela do orçamento familiar que não faça sombra a outros projetos: viajar, trocar de carro, reformar a casa, etc.

O que a crise de agora revela é uma quase completa falta de consciência dos diversos lados envolvidos. Querem-se soluções “fáceis” ou mecânicas para o problema da educação. Mas isso é mais ou menos o mesmo que pretender a quadratura do círculo.